

4º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – Relatório da Plenária Final

Resoluções sobre Conjuntura:

- **OPOSIÇÃO AOS GOVERNOS NEOLIBERAIS** - Retificar a posição do Sintrajud em se opor sempre a qualquer governo ou patrão que reprima e retire direitos de trabalhadores. Há mais de uma década que o governo federal vem massacrando os servidores. O papel de nosso sindicato é se opor com todas as forças a esta política, denunciando e organizando atos em defesa dos trabalhadores.

- Exigir do governo Lula a ruptura imediata das negociações da Alca. Não a ALCA, nem abrangente e nem *light*!

- Reafirmar o apoio à Campanha Nacional contra a ALCA, exigindo do governo a realização de um Plebiscito.

- Auditoria da Dívida Externa.

- Não pagamento das dívidas externa e interna, com auditoria.

- Pela revogação das reformas da Previdência e do Judiciário dos governos FHC e Lula. Em defesa da previdência pública, universal e solidária!

- Não às reformas sindical e trabalhista e universitária do governo Lula. Em defesa de todas as conquistas dos trabalhadores, como 13º salário, férias remuneradas e licença-maternidade. Denunciar os parlamentares que votarem contra os trabalhadores!

- O Sintrajud deverá mover esforços na unificação da luta de todos os trabalhadores, principalmente junto aos SPFs, buscando fortalecer a Cnesf e a organização das campanhas, atos, discussões, plenárias que visem combater as reformas neoliberais do governo Lula ou qualquer outro governo que adotar esta política.

- Organizar, participar e intervir com todos os setores, entidades de classe e sindicatos que estão dispostos a lutar contra a reforma sindical e trabalhista. Procurar reorganizar a frente em defesa da Justiça do Trabalho e dos direitos dos trabalhadores.

- Que o Sintrajud disponibilize recursos da estrutura e financeiros para a organização da luta em defesa dos trabalhadores.

- Pela taxação dos lucros das grandes empresas e bancos; imposto sobre as grandes fortunas; fim da CPMF e da Lei de Responsabilidade Fiscal!

- Ruptura imediata com a ALCA e o FMI. Realização do plebiscito oficial já!

- Não pagamento das dívidas externa e interna aos banqueiros e especuladores!

- Não à independência do Banco Central: estatização do sistema financeiro!
- Fim das agências reguladoras de energia elétrica, telefonia e petróleo; reestatização das empresas privatizadas; controle dos preços das tarifas públicas pelas organizações dos trabalhadores; fim das privatizações!
- Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores, que exproprie o latifúndio. Liberdade para todos os presos políticos do MST e punição aos mandantes e assassinos de trabalhadores camponeses!
- Prisão e expropriação dos bens de todos corruptos, corruptores; fim das terceirizações. Fim do nepotismo e do fisiologismo nas contratações!

HAITI/IRAQUE:

- Deflagrar uma campanha nacional para exigir do governo Lula a retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti.
- Apoio ao povo do Iraque contra os invasores.

REFORMA SINDICAL:

Resolução sobre reforma sindical e trabalhista, considerando:

A reforma sindical não pode ser compreendida isoladamente. Ela é o primeiro ato de uma reforma que visa arrancar direitos da classe trabalhadora: a chamada reforma na legislação trabalhista; projeto antigo das multinacionais e da classe dominante brasileira, agora também incorporado pelo governo Lula;

Esta é a lógica do atual consenso no Fórum Nacional de Trabalho entre empresários, centrais e o governo Lula em torno da reforma sindical, ante-sala do futuro consenso em torno da reforma trabalhista, com o qual a direção majoritária da CUT já começa a por em marcha, através da recente proposta de pacto social feita pelo presidente da Central Luiz Marinho em total unidade com a FIESP;

Entre os principais tópicos e conseqüências da proposta atual de reforma sindical podemos destacar: a) Confere às cúpulas de centrais sindicais e confederações nacionais, enorme poder de decisão e negociação com a patronal ou governo. Têm a prerrogativa de ignorar as decisões das instâncias de base dos trabalhadores; b) Condiciona o direito de greve à manutenção de "serviços mínimos" e dá poder legal ao patrão para, quando não houver "acordo" em uma greve, de ter o singelo "direito de contratar os serviços necessários". c) Abre a possibilidade de flexibilização dos direitos trabalhistas, na linha de que o "negociado prevaleça sobre o legislado". d) Aumenta a ingerência do Estado sobre a organização sindical; por exemplo, será a lei que definirá os critérios de representatividade sindical (ou melhor, quem tem ou não representatividade reconhecida pelo estado); e) Substitui o Imposto Sindical por uma Taxa Negocial (de até 13% do salário anual), que carrega

recursos para a estrutura sindical, centrais e o Ministério do Trabalho; f) Que as reformas Sindical, Trabalhista e Universitária fazem parte das exigências do FMI e da ALCA para avançar na desregulamentação trabalhista e na privatização da educação no Brasil.

- Não às reformas sindical, trabalhista e universitária do governo Lula.

- Reafirmar os princípios de liberdade e autonomia sindical, bem como a concepção de um sindicalismo classista, de massas, de luta e pela base, na perspectiva da construção do socialismo;

- Determinar que o SINTRAJUD/SP apóie todas as iniciativas que visem derrotar a proposta de reforma sindical e trabalhista elaboradas pelo governo, os patrões e as burocracias sindicais;

- Determinar que o SINTRAJUD/SP vai impulsionar e lutar por uma frente de ação unitária, com todos os que quiserem desenvolver a luta para barrar essa reforma sindical e trabalhista;

- Que a prioridade do SINTRAJUD/SP para o próximo período seja a mobilização e a luta, com o objetivo de derrotar a proposta de reforma sindical e trabalhista do FNT e impedir qualquer possibilidade de flexibilização dos nossos direitos.

- Que este congresso denuncie e rejeite integralmente a pseudo-proposta de reforma sindical que atrela a uma cúpula do movimento sindical subserviente ao governo de plantão. Reafirmamos nosso princípio classista de unidade com todas as categorias de trabalhadores.

- Reafirmamos a organização pela base da categoria, que tem que ser árbitro, primeiro e último sobre seus interesses e demandas, não se aceitando a outorga de poder às centrais que dêem a última palavra nos interesses dos trabalhadores.

- Nosso sindicato tem que continuar a ser independente de Estado, de partido e de governo, devendo ser mantido apenas com a contribuição voluntária de cada trabalhador que se associar.

- Afirmamos o direito intransigente de livre organização, assegurando-se o direito de greve.

- O nosso Sintrajud deve se juntar a todos movimentos que combatam essa nova reforma.

Resoluções sobre Plano de Lutas:

- Diante da não contemplação pelo STF das alterações aprovadas pela plenária da FENAJUFE realizada em 26 e 27 de fevereiro que tratou do PCS 3, o congresso do Sintrajud resolve reiterar a rejeição a esse projeto e propor à federação que encaminhe a reabertura do

debate sobre a carreira e Plano de Cargos e Salários. Que, a partir de sua próxima plenária, oriente a realização de debates em todas as entidades de base e garanta a participação das opiniões existentes na Federação para que as decisões dos servidores na discussão sobre PCS possam ser construídas democraticamente.

- Pela rejeição do PCS do Jobim.
- Contra o regime de emprego celetista no serviço público. Concursos públicos com contratação pelo RJU! (aprovado)
- Contra o desvio das finalidades do estágio!
- Salários dignos, reposição das nossas perdas desde janeiro de 1995. E para a campanha salarial de 2005 a reposição emergencial das perdas do governo Lula mais aumento real de 6% .
- Não abrir mão das perdas históricas acumuladas que totalizam 150%.
- Não abrir mão de data-base, direito fundamental dos trabalhadores.
- Lutar pela DATA BASE.
- Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas!
- Um dos principais ataques da agenda neoliberal recai justamente sobre um setor da sociedade que, em princípio, já deu considerável parcela de contribuição para a sociedade.

A investida contra os direitos dos aposentados não só expressa um preconceito produtivista, que relega à própria sorte aqueles que supostamente não produzem mais, como impõe ao aposentado que volte à “vida produtiva” para que possa manter uma subsistência minimamente digna.

Muitas vezes o ataques surgem travestidos de propostas de aparente boa fé, dialogando com a governabilidade ou ainda para viabilizar a universalização desses direitos.

Dessa forma é proposto aos aposentados que “dêem sua cota de participação” na melhoria da condição geral dos setores menos favorecidos, enquanto governos promovem verdadeiras orgias financeiras através das PPP (Parcerias Público-Privadas), juros escandalosos e privatizações subsidiadas pelos cofres públicos.

Por sua vez, no âmbito dos debates imediatos da categoria, sobretudo nos reiterados PCSs, a categoria sempre precisou defender com rigor e intransigência a manutenção dos direitos referentes aos aposentados, como paridade irrestrita e extensão das mesmas vantagens oferecidas aos ativos.

Nesse sentido o 4º Congresso do Sintrajud decide:

- Reiterar todas as deliberações desta categoria referentes aos direitos dos aposentados;
- Repudiar qualquer iniciativa que contrarie tais interesses;

- Envidar todos os esforços para se contrapor a quaisquer ameaças que possam vir a ferir a dignidade dos aposentados, a retirada de direitos e demais propostas que estabeleça disparidades entre os interesses de aposentados e ativos.

- Devemos garantir a pronta defesa dos servidores ameaçados de rebaixamento do padrão em que se encontram por conta de recente decisão do CJF. Além do acompanhamento do processo administrativo no TRF, garantir desde já a preparação de ação judicial, bem como buscar uma solução definitiva através da inclusão de artigo específico no projeto de plano de carreira.

Não aceitaremos nenhum rebaixamento! Unir toda a categoria para defender aqueles que menos ganham é tarefa de todos nós! Igualdade de tratamento e solução que nivele o enquadramento por cima.

- Defesa de um serviço público digno, gratuito e de qualidade!

- Incorporação de todas as gratificações aos salários. Investimentos maciços na educação pública, saúde e áreas sociais!

- Pela redução da jornada de trabalho e ampliação do horário de atendimento ao público.

- Pela recuperação e ampliação dos direitos retirados do Regime Jurídico Único!

- Pela ampliação dos direitos sindicais, em especial, garantia à liberação de dirigentes sindicais, com ônus para o empregador!

- Contra todas as formas de assédio moral e sexual no trabalho, extensivo aos trabalhadores terceirizados, tais como trabalhadores da limpeza, manutenção e vigilância.

- Campanha nacional de combate ao assédio moral, com pesquisas denúncias dos agressores nos jornais e outros meios de comunicação de nossos sindicatos e realização de debates nos locais de trabalho, cartilhas, etc!

- Contra qualquer tipo de discriminação e pela ampliação da discussão deste tema com a categoria. Realização de campanha estadual de denúncia da discriminação no ambiente de trabalho da categoria, com pesquisas e denúncias dos agressores nos meios legais e de comunicação. Contra discriminação em elevadores. Que se cumpra a Lei Municipal que proíbe a discriminação de classe social nos elevadores dos tribunais.

- Pelo pagamento de todos os passivos devidos aos servidores!

Campanha Salarial de 2006 e Posteriores

Atividades voltadas para a campanha salarial de 2006, a serem realizadas em 2005:

A partir do mês de abril, deste ano, o Sintrajud levantará junto à base, nos vários tribunais, sobre as reivindicações da categoria, compreendendo:

- reajuste de benefícios, como auxílio-alimentação, auxílio-saúde, auxílio-creche, indenização de transporte;

- previsão para pagamento de atrasados;

- previsão para promoções;

- previsão para aumento na data-base (levantar índice para todos os itens);

- previsão para a criação de novos cargos.

OBSERVAÇÕES: Todas essas providências serão deliberadas em assembleias setoriais.

Que o SINTRAJUD acompanhe passo a passo, divulgando à categoria permanentemente o andamento dos orçamentos de cada tribunal, inclusive no congresso.

NO SINTRAJUD:

I. - Dar ampla divulgação à categoria, inclusive sobre o andamento em cada tribunal, nos tribunais superiores, no STF e no Congresso.

II. - Dar ciência à categoria, da situação final no orçamento do judiciário, para cada tribunal da base.

III - Preparar a categoria, após a sanção presidencial, já em janeiro, sobre o que foi vetado, tanto no âmbito do judiciário, como no âmbito do congresso e, por final, no âmbito do executivo, com vistas à campanha que já deverá se iniciar em janeiro de cada ano.

Fundos de Pensão

- Considerando que o STJ elaborou anteprojeto de lei que institui regime de previdência complementar para os Servidores do Judiciário – fundo de pensão -, que a criação de tais fundos foi assumida como prioridade do governo e possivelmente outros sindicatos e instituições chapa branca possam fazê-lo, o 4º Congresso do SINTRAJUD-SP resolve que os órgãos de representação dos trabalhadores, em especial o SINTRAJUD-SP, não devem apoiar a criação de tais fundos, nem destes participar, pois não cabe aos trabalhadores passarem a ser corretores/especuladores como as instituições oficiais de crédito e finanças, pois se assim for existirá um completo antagonismo aos objetivos desses organismos. **(aprovado, com recomendação de matéria sobre o tema no Jornal do Judiciário).**

Função Comissionada

O 4º Congresso do Sintrajud, diante do uso político que as administrações fazem do provimento de Funções Comissionadas, utilizando-as como forma de barganha, clientelismo, assédio moral, nepotismo e cooptação de servidores, delibera:

- Incorporação das gratificações e adicionais ao vencimento base;

- Integração das atuais Funções Comissionadas à Carreira Judiciária, sendo que seu provimento se dará no contexto da evolução na carreira, mediante critérios objetivos e democráticos;

- O provimento dos cargos de direção, chefia, assessoramento e demais atividades especializadas cumprirá as definições estabelecidas por Conselho de acompanhamento da evolução na carreira que será composto por quadros técnicos e representantes dos trabalhadores.

Terceirização

O 4º Congresso do SINTRAJUD ao se referir sobre a terceirização no Judiciário Federal, delibera:

- Criar mecanismos de integração com os trabalhadores terceirizados;

- Denunciar através de nosso jornal e outros meios de comunicação os desmandos observados nesta área;

- Recorrer ao Ministério Público e o Ministério do Trabalho, visando coibir a exploração de mão-de-obra terceirizada;

- Incluir os cargos ocupados pelos empregados terceirizados em nosso plano de carreira.

Resoluções sobre Organização Sindical:

CUT:

- Pela desfiliação da CUT.

CONLUTAS:

- Participação na CONLUTAS.

- Participação na coordenação, em eventos, marchas e campanhas da CONLUTAS, em lutas em que haja interesse da categoria, frisando que não haveria contribuição financeira regular e que eventuais contribuições sejam aprovadas em assembléias da categoria.

Resoluções sobre MENSALIDADE SOCIAL:

- Manutenção da porcentagem de desconto e campanha de sindicalização em massa mostrando na necessidade do desconto.

Moções Aprovadas:

MOÇÃO SOBRE CAMPANHA SALARIAL/2005

Vimos com muita preocupação o adiamento das Plenárias dos Servidores Federais que deveriam ser realizadas nos dias 16 e 17 de abril, conforme deliberado da última Plenária Nacional, realizada no dia 15 de março em Brasília. A CNESF não pode sobrepor-se a uma deliberação de base do conjunto de entidades que a compõe. Essa resolução desmobiliza a categoria, pois não só os servidores já estavam preparando a ida à Brasília, como diversas entidades, que estão contra a reforma sindical/trabalhista, haviam marcado um ato unificado, em data próxima à realização da plenária, aproveitando a presença dos funcionários federais na capital federal.

O argumento utilizado pelos setores que defenderam o adiamento foi a realização de várias plenárias estatutárias da CUT, nos estados. Em nosso entendimento, a CUT tem todo o direito de realizar suas plenárias, mas não concordamos em deixar a campanha salarial dos servidores e a luta contra a reforma sindical/trabalhista serem prejudicadas pelo calendário desta Central. Ainda mais que os servidores já definiram que a “CUT não fala em nosso nome” nesta campanha salarial.

Neste sentido, não obstante o adiamento das plenárias, o Congresso Estadual do SINTRAJUD/SP, reafirma a necessidade urgente de impulsionar a campanha salarial dos servidores públicos federais/2005, convocando a categoria para debater nas assembleias e locais de trabalho a pauta unificada dos servidores federais e a construção de um calendário de lutas, que dê a sustentação necessária para exigir do governo e dos tribunais o atendimento das reivindicações.

Moção de Apoio ao ato de 1º de Maio Classista

/Defender nossos direitos e lutar pelas conquistas

Neste 1º de Maio queremos resgatar as lutas dos trabalhadores e alertar a população para a Reforma Sindical que está para ser votada no Congresso Nacional. Essa Reforma ameaça retirar direitos mínimos, hoje garantidos por lei, como o 13º, FGTS, férias, licença maternidade, entre outros.

Apresentada ao Congresso Nacional sem ter sido construída democraticamente entre os trabalhadores, a Reforma Sindical permite acabar com direitos de quem tem carteira assinada

e piorar a situação de quem está buscando o seu pão sem carteira assinada. Além disso, com o aval de muitos sindicalistas picaretas, coloca os direitos contidos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e na Constituição Federal em negociação, dando super poderes de negociações às centrais sindicais sem a necessidade do apoio dos trabalhadores.

O povo brasileiro elegeu Lula porque acreditava que ele cumpriria seus compromissos com a construção de um Brasil diferente, com menos impunidade, mais emprego, moradia e melhores condições de vida para aqueles que constroem o país e sempre foram esquecidos pela elite brasileira. Mas, chegamos ao segundo ano de seu mandato e vemos no dia-a-dia, em cada esquina do país, que a miséria aumentou e as condições de vida pioraram, que o emprego ainda é um sonho na cabeça de milhões de brasileiros. Também vemos que esta situação não é para todos. Os bancos lucram, os latifundiários lucram, as multinacionais lucram, enquanto a ampla maioria do povo segue arrojada e na miséria.

Lula poderia ampliar os direitos e as conquistas dos trabalhadores, mas preferiu apresentar reformas que retiram direitos e agradam ao mercado financeiro.

È necessário romper com esse modelo. Esse modelo econômico que só tem trazido benefícios ao capital financeiro. Defendemos uma mudança que inverta as prioridades e coloque o Estado a serviço da população: criando mais empregos e destinando mais recursos para a reforma agrária e urbana, para os serviços de saúde, educação e infra-estrutura e que não se subordine a pagar mais de 170 bilhões de juros e amortizações da dívida pública enquanto o povo passa fome.

É com essa mesma subordinação aos interesses do capital e das grandes multinacionais que vemos o posicionamento do governo com relação às guerras e à opressão. O governo não se preocupa com a solidariedade entre os povos e aceita a patética e cruel tarefa de mandar jovens brasileiros para o Haiti, só para agradar os EUA e tentar barganhar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU que não resultará em nada para o país. E a participação na ALCA não é solução e sim subordinação. A impunidade corre à solta no país, no campo e na cidade vemos o assassinato de dirigentes sindicais e as covardes chacinas contra a população.

Resgatar a luta de nossos mártires

Neste 1º de maio queremos resgatar a memória e o exemplo de resistência daqueles/as que ajudaram a fazer a história de nosso povo e de um Brasil melhor! VIVA Olavo Hansen, Chico Mendes, Santo Dias da Silva, Dotothy Stang, Carlos Mariguella, Zequinha Barreto, Helenira Resende, José Luís e Rosa Sundermann, Che Guevara e milhares de líderes e lutadores populares que deram suas vidas em defesa da dignidade para os trabalhadores.

1º de maio é dia de luta e não de festa.

A maioria dos sindicatos da CUT e da Força Sindical realizarão festas e sorteios, patrocinados pelos patrões e pelo governo para defender a reforma sindical consensuado entre eles, que pretende retirar nossos direitos.

A Pastoral Operária e Pastorais Sociais, sindicatos, oposições sindicais, movimentos populares, de desempregados, sem-terra, organizações e partidos da esquerda de São Paulo mais uma vez promoveremos uma grande a mobilização do 1º de maio para expressar nossa indignação com a situação em que continuam vivendo os trabalhadores/as brasileiro/as. Além de denunciar o desemprego, exclusão social, as chacinas e o abandono das populações indígenas onde as crianças estão morrendo de desnutrição.

Portanto, você é nosso convidado/a a cerrar fileiras conosco na construção de um 1º de maio classista sem o patrocínio dos patrões nem do governo.

Semana 1º de maio

25 de abril 19 horas – Homenagem aos nossos lutadores

Atividade “Passado é de luta e o futuro tem que ser nosso”

Rua Guaporé, 240 – (Perto do metro Armênia)

28 de abril

Dia Mundial em memória de trabalhadores/as vítimas de acidente de trabalho e doenças profissionais

15 horas Caminhada Praça da Sé até o largo São Francisco

18 horas – Tribunal do Amianto

Salão nobre – Faculdade de Direito

Dia : 1º de maio

9h missa na Catedral da Sé

10h Ato de Protesto na Sé

Moção de apoio à campanha contra todas as formas de assédio moral e sexual no trabalho.

Apoio à campanha do SINTRAJ e da FENAJUFE contra todas as formas de Assédio Moral e Sexual no trabalho que está realizando pesquisas, denúncias, realização de palestras, seminários, congressos, publicação de artigos e divulgação das informações dos estudiosos de Assédio Moral.

MOÇÃO SOBRE OS PRESOS POLÍTICOS DE CALETA-OLÍVIA

Caleta Olívia: É uma pequena cidade da província de Santa Cruz, na Argentina, com cerca de 36 mil habitantes. Sua principal atividade econômica é a produção de petróleo. Com a privatização da empresa petrolífera argentina YPF, no governo do peronista Carlos Menem, medida apoiada por Kirchner quando este era governador, milhares de trabalhadores perderam seus empregos. Já as companhias petroleiras privadas (Repsol e outras) ganharam fortunas com este verdadeiro saque das riquezas do povo argentino. Os desempregados, mobilizando-se e bloqueando as empresas petrolíferas, chegaram a conquistar mais de 1.000 empregos. A população os apóia, porque vê que eles não lutam apenas por planos sociais ou comida, mas sim para conseguir trabalho. Depois de anos, os desempregados, entre eles muitos ex-petroleiros, e suas famílias, finalmente podiam voltar a trabalhar e ganhar o seu sustento.

Anos de entrega: Menem entregou as riquezas petrolíferas, pesqueiras e minerais, deixando uma multidão de desempregados, como em toda a Argentina. Na Patagônia, se vê com clareza como essas multinacionais saqueiam as riquezas e liquidam as reservas, hipotecando o futuro do país. Eram operários da YPF, ou trabalhadores da indústria de pesca. Eles exploraram e descobriram o petróleo, e hoje vêem tudo isso indo embora e só restando miséria e desemprego. Contra isso se rebelaram. Reclamam o seu direito de trabalhar!

Injustiça na província de Kirchner: Por isso, na madrugada do dia 30 de agosto, ocuparam as instalações da TERMAP, onde os navios são abastecidos com petróleo, na ordem de dois milhões de dólares por dia. As empresas não podiam aceitar que seus lucros fossem afetados, e apelaram ao governador Acevedo – amigo do presidente Kirchner –, para que resolvesse o assunto. Inventando acusações, sem testemunhas, e violando todo o direito constitucional, desataram uma verdadeira perseguição política e prenderam os trabalhadores, como aconteceu há 100 anos na Patagônia Rebelde. Querem dar-lhes um castigo exemplar para que ninguém mais se anime a questionar seus sagrados lucros, e seu direito a fazer o que quiserem com o petróleo, a pesca, os minerais e as riquezas da Argentina.

De tanto pressionar, as grandes empresas petrolíferas – Repsol e outras – conseguiram que a Justiça corrupta e a polícia os prendessem. Seu delito? Pedir trabalho! O presidente Kirchner, que era governador de Santa Cruz durante o mandato de Menem e aceitou a entrega, é amigo da empresa Repsol e das petrolíferas. Estes operários são um exemplo para todos. Eles lutam contra o saque e por trabalho. Lutam por dignidade. Pedem trabalho e lhes respondem com o cárcere. São reféns da Repsol e das multinacionais.

Situação atual: Depois de sete meses, as notícias mais recentes sobre as prisões políticas em Caleta Olivia, na Argentina, são animadoras. O Tribunal de Cassação deu uma sentença a favor da liberdade provisória dos presos, sob o argumento de que o Juiz de Instrução havia feito somente considerações políticas e jurídicas e não levou em conta os aspectos sociais que envolvem o caso. A situação, entretanto, ainda não está resolvida e os seis ativistas seguem presos. Isso porque a promotoria provavelmente pedirá um recurso dessa decisão, o que deverá se desenrolar no próximo período. Soma-se a essa decisão judicial alguns fatos políticos que também favorecem a luta dos presos políticos. O governador da província pronunciou-se publicamente, afirmando que as ocupações dos trabalhadores na luta por emprego são justas. Os representantes da Igreja, pela primeira vez, visitaram os presos políticos, disseram que a prisão era injusta e pediram pela liberdade deles ao governador e ao juiz. Tudo isso demonstra que a campanha internacional pela liberdade dos presos está sendo muito importante e produz os primeiros efeitos. Por outro lado, a vitória ainda não foi atingida e é preciso que, nessa fase, as pressões políticas se intensifiquem.

Resolução: Por isso, o Congresso do SINTRAJUD/SP se solidariza com os trabalhadores presos de Caleta Olivia e delibera pelo envio de mensagens, ao governo e aos tribunais argentinos, exigindo a imediata libertação desses companheiros. Entende, esse congresso, que esta é a única forma de corrigir o verdadeiro crime que o governo argentino e as multinacionais estão promovendo contra a liberdade desses trabalhadores, que lutam por seus empregos e por uma vida digna.

Moção de Repúdio

Nós, funcionários do Sintrajud, vimos, por meio deste, externar nosso repúdio ao conteúdo desrespeitoso, preconceituoso, imoral e ilegal, manifestado na TESE-6, de autoria de José Cândido da Silva, propondo o aditamento do artigo 13, letra 'h', do capítulo III da seção I do Estatuto do Sindicato. O conteúdo da proposta expõe nossa integridade física e moral e a medida, além de inconstitucional, se traduz em verdadeira manifestação de assédio moral contra o conjunto dos trabalhadores deste Sindicato, enquanto esta entidade se insurge contra esta prática com campanha em toda a base.